

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara
CAMÕES, e, VII e 14

Diretor Presidente
Paulo Cabral de Araújo

Diretor Vice-Presidente
Ari Cunha

Diretor Gerente
Evaristo de Oliveira

Diretor de Redação
Luiz Adolfo Pinheiro

Diretor Técnico
Ari Lopes Cunha

Diretor Comercial
Maurício Dinepi

Editor-Chefe
Jota Alcides

Diretor de Marketing
Márcio Cotrim

Economia sob risco

As perspectivas de descontrolado econômico em consequência da crise política experimentada pelo País já produziram, pelo menos, um episódio de repercussão pernicioso no âmbito internacional. Como a imprensa acaba de noticiar, o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, não se encontra em condições técnicas para projetar metas de desempenho econômico a serem cumpridas no último trimestre do ano. Significa dizer que o Brasil não deverá implementar, conforme estabelecido com o Fundo Monetário Internacional, compromissos em relação àquele período do ano, aliás, como previsto na última carta de intenções posta à consideração daquele organismo.

Pelas mesmas razões, não pôde o Brasil sustentar o déficit público e as emissões de papel-moeda nos níveis pactuados com o FMI, em relação ao primeiro semestre do ano corrente. O diretor-gerente do órgão, Michel Camdessus, compreendeu os motivos alegados pela administração brasileira, de modo que não houve suspensão da parcela de 260 milhões de dólares do total de 2,5 bilhões cedidos ao Brasil por empréstimo *stand by*. Mas a parcela de mesmo valor a ser comprometida em breve provavelmente não será liberada, à vista do descumprimento das cláusulas sobre o ajustamento da economia estabelecidas no acordo celebrado com o FMI no começo deste ano.

O quadro é inquietante por diversas e óbvias razões. A não-realização das metas previstas dificulta o trânsito do País no sistema financeiro internacional, sobretudo no tocante aos bancos privados. E cria, no âmbito oficial, a exemplo do Clube de Paris, perplexidades prejudiciais a operações em curso e futuras. A posição atual do Governo brasileiro, após suscitar confiança em áreas decisivas da comunidade financeira mundial, caminha para um estágio de indefinição,

em virtude da permanência de fatores internos de desestruturação econômica.

Já de si complicada, a conjuntura exige um detalhe capaz de tornar ainda mais incerto o futuro da economia. Os indicadores da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, órgão insuspeito da Universidade de São Paulo e utilizado pelo próprio Governo para medir índices, registram aumento significativo das tendências inflacionárias. Em consequência, o incremento de preços em agosto deverá situar-se acima dos 23 por cento, contra a média de 22 por cento observada há seis meses. Trata-se de acontecimento extremamente perturbador, pois pode representar inclinação ascendente, contra todas as expectativas de moderação no processo de formação de preços geradas com a política econômico-financeira inaugurada pelo ministro Marcílio Marques Moreira.

Ambos os fatores, isto é, o descumprimento de metas acordadas com o FMI e a recidiva inflacionária, levam também a um outro efeito deplorável. A instabilidade nessas duas direções tornarão problemática a retomada dos investimentos estrangeiros, que chegaram a ensaiar projeções animadoras no primeiro semestre deste ano. E sem a irrigação de recursos externos, o sistema econômico funcionará de modo precário, à vista da existência de escassas poupanças internas, em prejuízo da ingente necessidade de conduzir o País a novos estágios de desenvolvimento.

Urge, portanto, que o quadro de adversidades aqui anotado, a começar pelas apreensões do ministro Marcílio Marques Moreira em relação ao front externo, seja recolhido pela liderança política, para efeito de oferecer uma resposta consentânea com os interesses em risco. A primeira condição para alcançar tal objetivo exige rápida definição da atual crise política, pelo desate do impasse agora colocado perante o Congresso Nacional.